

EM QUE TEMPO ESTAMOS? DESIGUALDADES QUE MARCAM A ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA

Évelin Albert¹

Gustavo Alves²

Maria Beatriz Fernandes³

Renata Cristina Queiroz Rodrigues Souza⁴

Isabelly Vieira da Silva⁵

Resumo: Este artigo, resultado de um estudo realizado na disciplina “Organização e Políticas da Educação no Brasil” no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), teve por objetivo ler e interpretar os dados atuais sobre a escolarização brasileira. A proposta foi debater os resultados do Censo Escolar de 2021, publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), e, a partir disso, traçar caminhos possíveis para a escola pública brasileira. Os dados foram analisados com ajuda do *software Statistical Package for the Social Sciences*. Os resultados apontam que diversas desigualdades marcam a educação brasileira, tornando-a mais distante para a população negra, comunidades com baixa renda e para as mulheres. Faz-se necessário, assim, ampliar as políticas públicas no intuito de aumentar o número de vagas nas escolas, garantir a permanência dos estudantes e atentar-se para a infraestrutura dessas instituições, além de fomentar discussões de gênero, diversidade e desigualdade.

Palavras-chave: Escola básica. Escola brasileira. Censo escolar. Desigualdade.

1 Doutoranda pela Universidade Federal de São Paulo, integrante do Grupo de Pesquisa e Observatório de Desenvolvimento Docente e Inovação Pedagógica da Universidade Federal de São Paulo e integrante do Grupo de Pesquisa Pedagogía, Formación y Conciencia da Universidad Autónoma de Madrid.

2 Graduando em Licenciatura em Ciências Biológicas no Instituto Federal do Estado de São Paulo (IFSP) - Campus Avaré.

3 Graduanda em Licenciatura em Ciências Biológicas no Instituto Federal do Estado de São Paulo (IFSP) - Campus Avaré e voluntária de Iniciação Científica em Zoologia.

4 Graduanda em Licenciatura em Ciências Biológicas no Instituto Federal do Estado de São Paulo (IFSP) - Campus Avaré.

5 Graduanda em Licenciatura em Ciências Biológicas no Instituto Federal do Estado de São Paulo (IFSP) - Campus Avaré e voluntária de Iniciação Científica em Zoologia.

WHAT TIME ARE WE IN? INEQUALITIES THAT MARK THE BRAZILIAN PUBLIC SCHOOL

Abstract: This article, result of a study carried out in the discipline “Organization and Policies of Education in Brazil” in the Biological Sciences teaching degree course at the Federal Institute of São Paulo (IFSP), aimed to analyze current data regarding Brazilian schooling in primary and secondary schools. The proposal was to discuss the results of the 2021 School Census, published by the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (Inep), and, based on this, outline possible paths for the Brazilian public school. Data were analyzed using the Statistical Package for the Social Sciences software. The results show that several inequalities mark Brazilian education, making it more distant for the black population, low-income communities and for women. It is therefore necessary to expand public policies in order to increase the number of vacancies in public schools, guarantee the permanence of students in school and pay attention to the infrastructure of these institutions, in addition to promoting discussions on gender, diversity and inequality.

Keywords: Basic school. Brazilian school. School census. Inequality.

A EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Em que tempo estamos? Tempo de entendimento ou negação dos direitos à educação? Tempo de luta ou de aceitação? Tempo de conflito ou de tranquilidade perante as situações que o país enfrenta? Tempo de querer mudar ou permanecer igual? Qual é o tempo? De fato, estamos em um tempo conflituoso, e é justamente por isso que precisamos compreender, analisar e modificar a Educação Básica que, por séculos, negou, de modo elitista e seletivo, a seus cidadãos, o direito ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar.

Se formos estudar as Constituições que o nosso país teve até o presente momento, percebemos uma evolução em relação à educação. Na nossa primeira Constituição, feita em 1824, o direito à educação não era de todos, sendo vetada para os negros, as mulheres e os menos favorecidos (Brasil, 1824). Isso nos leva a perceber que, desde cedo, esses grupos foram levados a refletir sobre as suas condições raciais, financeiras e de gênero na escola (Ribeiro, 2019). Apesar da Constituição ter mudado e vigorar atualmente a de 1988, que visa o ensino de todos, a democratização, a eliminação do analfabetismo e a universalização do ensino (Brasil, 1988), ainda percebemos situações de discriminação que estão enraizadas na nossa sociedade.

Nesse sentido, torna-se imprescindível entender os dados que o Censo Escolar da Educação Básica de 2021, publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep (Brasil, 2022), apresentam, discutí-los e traçar caminhos futuros para uma educação mais igualitária. Esses dados são importantes para a formulação de políticas públicas e para a execução de programas na área da Educação. Dessa forma, neste estudo, serão analisados os dados sobre a infraestrutura escolar e as matrículas nas esferas pública e privada das escolas brasileiras.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi realizada no ano de 2022 pelos estudantes e pela professora da disciplina de “Organização e Políticas da Educação no Brasil” no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), *campus* Avaré, tendo como objetivo ler e interpretar dados atuais relativos à escolarização brasileira na educação básica. Dessa forma, esta pesquisa caracteriza-se como de natureza descritiva e exploratória, pois os pesquisadores, ao observarem os fenômenos de interesse, buscaram possibilidades de entrosamento entre eles (Fachin, 2003). Assim sendo, a partir dos dados coletados, realizamos a sua exploração, permitindo, dessa maneira, sua análise, compreensão e classificação para a geração de contribuições aos indivíduos envolvidos e ao objeto de pesquisa (Gil, 1999).

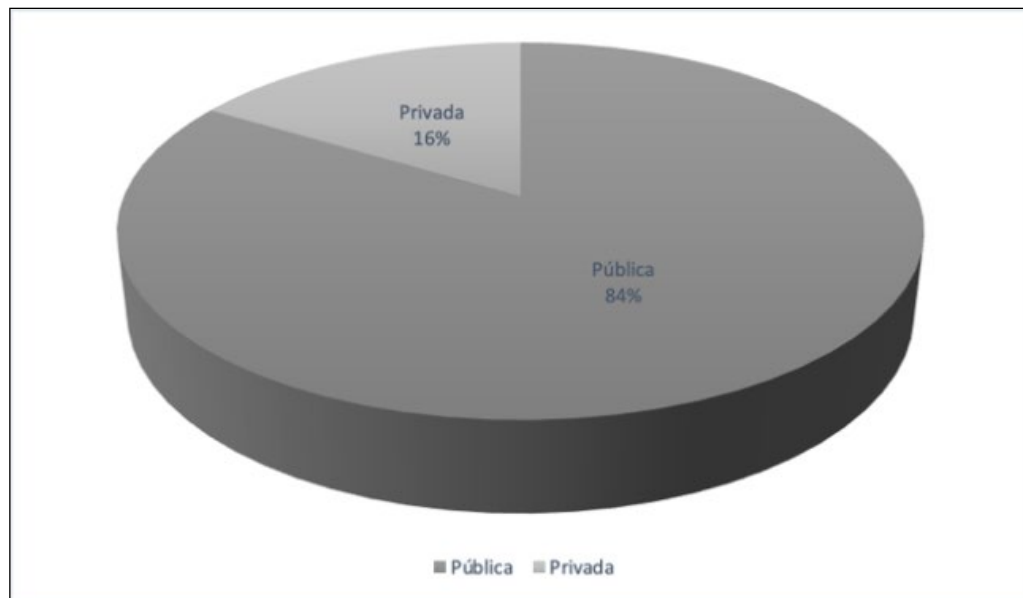
Os dados sobre a escolarização do país foram coletados a partir dos resultados do Censo Escolar de 2021, do Inep, que possui o desígnio de gerar uma análise sobre a Educação Básica no Brasil. Com a coleta feita pelo Censo Escolar, é possível percebermos o grau de efetividade das políticas públicas bem como as questões que necessitam ser mais trabalhadas.

Os dados sobre as matrículas e sobre a infraestrutura foram analisados a partir de procedimentos quantitativos, sendo necessário, para o cruzamento das informações, a utilização de *softwares* específicos para o processo de tratamento e cálculos estatísticos. Neste estudo, utilizamos o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Tendo as informações necessárias para a análise e o cruzamento de dados, foram escolhidos alguns assuntos que foram mais aprofundados durante o estudo, entre eles estão: questões raciais e de gênero, renda e idade, mais vagas para matrículas e promoção da acessibilidade.

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

O ensino público no Brasil compreende 84% das matrículas no país, sendo cinco vezes maior do que o ingresso ao ensino privado, que atinge somente 16% das matrículas (Brasil, 2022), ilustrado no Gráfico 1, a seguir. Esse dado revela que o ensino, no Brasil, é, em grande parte, realizado de forma pública. É justamente por atingir a maior parte da população que se dá a urgência de investimento nesse âmbito.

Gráfico 1 – Matrículas na Educação Básica em escolas públicas e privadas do Brasil⁶



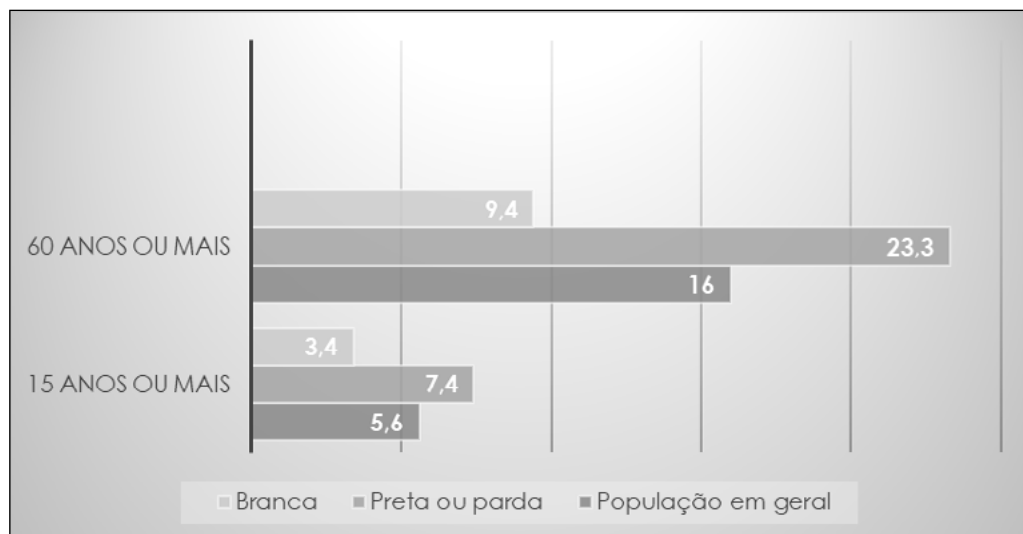
Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Escolar (Brasil, 2022).

Mesmo que dados atuais mostrem que quase toda a população entre 4 e 17 anos está matriculada na escola (Brasil, 2022) e mesmo que a Constituição Federal de 1988 garanta que o ensino seja obrigatório e gratuito para essa faixa etária – por meio da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009 (Brasil, 2009) –, a taxa de analfabetismo no país não é nula.

De acordo com uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda estamos longe de superá-lo, pois 5,6% da população brasileira com 15 anos ou mais não sabe ler e escrever (IBGE, 2023). O levantamento mostra, ainda, que, em relação à população branca, a taxa de analfabetismo é 3,4% entre aqueles com 15 anos ou mais, enquanto para a população preta e parda essa taxa é 7,4%. A diferença aumenta entre aqueles com 60 anos ou mais. Enquanto 9,3% dos brancos não sabem ler ou escrever, entre os pretos e pardos esse percentual é quase três vezes maior, 23,3%, conforme mostra o Gráfico 2 (IBGE, 2023).

6 A partir de pesquisas feitas pelo Censo Escolar, no ano de 2021, deflagrou-se que, na escola básica, o total de matrículas compreende um pouco mais de 45,5 milhões, sendo um pouco menos de 7,5 milhões de matrículas no ensino privado e um pouco mais de 38 milhões de matrículas no ensino público (Brasil, 2022), o que comprova os dados do Gráfico 1.

Gráfico 2 – Taxa de analfabetismo no Brasil



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados de IBGE (2023).

Outras investigações, como as realizadas por Pavini (2019) e Campos (2021) revelam que na rede privada de ensino a maioria das crianças e adolescentes declarados são brancos. Em contrapartida, a presença majoritária da população negra está nas escolas públicas. Um dos motivos, segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) é a diferença de renda, pois a população branca recebe em média o dobro em comparação com a população negra (Osório, 2021).

Esse dado revela que distintas desigualdades marcam a educação brasileira, sendo ela mais distante para a população negra e pobre. Ademais, aponta que essa desigualdade estrutura a sociedade e faz com que a população negra e pobre tenha menos condições de acesso a uma educação de qualidade (Ribeiro, 2019), não por falta de capacidade, mas sim por falta de oportunidade de acesso.

De acordo com Ribeiro (2019), enfrentamos um grande problema com o racismo estrutural⁷. Devido a isso, é necessário criarem-se debates nas escolas, pois a mudança da sociedade “[...] não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo, depende antes de tudo da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas” (Ribeiro, 2019, p. 13).

7 Racismo estrutural é quando o preconceito e a discriminação racial constituem a estrutura da sociedade, o que inclui as relações políticas, jurídicas e econômicas, privilegiando determinada raça ou etnia em detrimento de outra. Isso é, trata-se da discriminação baseada em percepções sociais pejorativas, que foram socializadas e normalizadas pelas estruturas sociais e políticas, associadas à cor da pele, origem étnica e outras características físicas (Almeida, 2015).

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ao observarmos os dados da Tabela 1, a seguir, podemos perceber que, na Educação Infantil, que compreende duas etapas, a creche, que recebe crianças de 0 a 3 anos, e a pré-escola, que recebe crianças de 4 anos e 5 anos, obteve um total de um pouco mais de 8,3 milhões de matrículas⁸ (Brasil, 2022). Entretanto, um dado que chama bastante atenção é o número de matrículas destinado à creche e o número de matrículas voltado à pré-escola.

Tabela 1 – Número e percentagem de matrículas nas redes pública e privada de ensino, em 2021

	Pública	Privada
Creches	2.399.766 (70%)	1.017.444 (30%)
Pré-escola	4.004.100 (82%)	898.089 (18%)
Ensino Fundamental – anos iniciais	11.912.977 (82%)	2.614.073 (18%)
Ensino Fundamental – anos finais	10.165.819 (85%)	1.800.453 (15%)
Ensino Médio	6.792.878 (88%)	935.158 (12%)
Educação de Jovens e Adultos	2.779.642 (94%)	182.680 (6%)

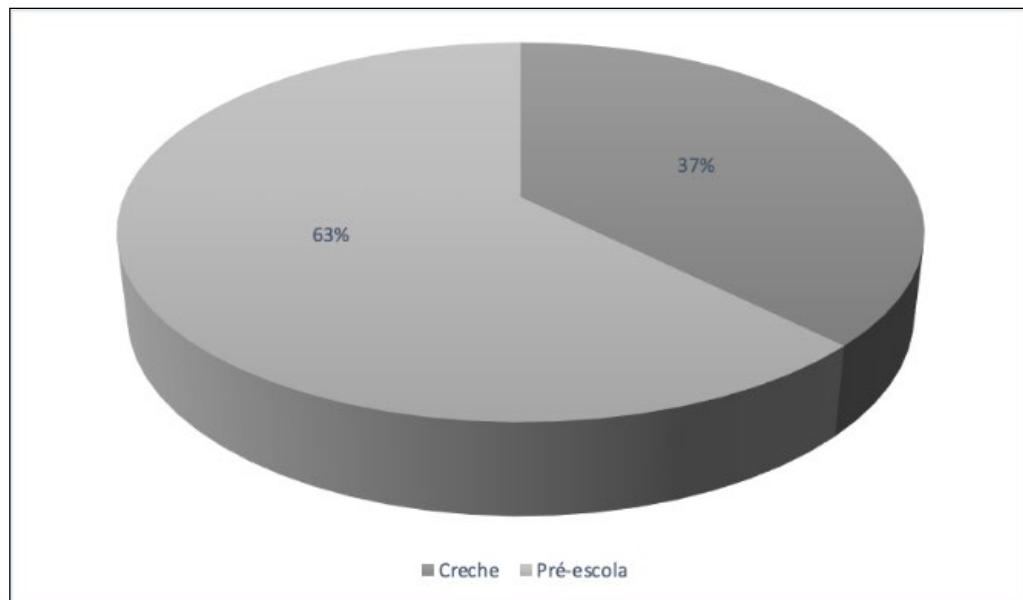
Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados do Censo Escolar (Brasil, 2022).

Na pré-escola, conforme mostra o Gráfico 3, o número de matrículas na rede pública praticamente dobrou, quando comparada à etapa da creche. Isso se explica, pois o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 – Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Brasil, 2014) –, em sintonia com a Constituição Federal de 1988⁹, estabelece a universalização do atendimento escolar na faixa etária de 4 a 5 anos, ou seja, essa etapa de ensino é gratuita e obrigatória (Brasil, 2009, 2014).

8 Na Educação Infantil, 77% das matrículas advêm da rede pública, e 23%, da rede privada. Se analisarmos somente a etapa da creche, tivemos um pouco menos de 2,4 milhões (70%) de matrículas na rede pública e um pouco mais de 1 milhão de matrículas na rede privada (30%). O mesmo ocorreu na etapa da pré-escola, em que um pouco mais de 4 milhões de matrículas (82%) foram na rede pública e menos de 1 milhão (18%) na rede privada.

9 A obrigatoriedade de matrícula para crianças de 4 e 5 anos de idade foi prevista pela Emenda Constitucional no 59/2009 (Brasil, 2009) e reafirmada pela Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 (Brasil, 2013).

Gráfico 3 – Matrículas na Educação Infantil na rede pública de ensino



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Escolar (Brasil, 2022).

Segundo Cury (2008), a obrigatoriedade escolar nessa faixa etária é bastante inovadora para o Brasil que, durante muitos anos, utilizou a organização escolar como forma elitista e seletiva de garantir a seus cidadãos o direito ao conhecimento. Nesse sentido, o autor enxerga que tornar obrigatória a etapa da pré-escola foi um passo importante rumo à cidadania e um avanço por reunir a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio à Educação Básica. Logo, essa obrigatoriedade garantiu o acesso de condições de igualdade dos indivíduos dentro de uma instituição, fazendo com que as crianças tenham oportunidades mais iguais.

Se falarmos somente da etapa da creche, na Educação Infantil, é importante frisarmos que, de acordo com o PNE 2014-2024 – Lei nº 13.005/2014 –, a meta é que o atendimento para essa faixa etária chegue a 50% dessa população, o que representa uma ampliação dos atuais 3,4 milhões de vagas para mais de cinco milhões de matrículas (Brasil, 2014). No entanto, mesmo existindo projetos para o aumento de matrículas, os dados revelam números pequenos em relação ao acesso à creche, o que afeta e ameaça diretamente os grupos mais desfavorecidos que não têm onde deixar seus filhos para trabalhar.

Na maioria das vezes, pela falta de vagas na etapa da creche, as mães precisam parar suas atividades e afazeres para cuidar de seus filhos (Eggert; Alves; Campagnaro, 2021; Gesqui; Fernandes, 2021), o que acaba revelando um ciclo no qual os mais desfavorecidos, geralmente a população pobre, negra e de mulheres, são vítimas e, muitas vezes, prisioneiras da sua própria condição (Eggert; Alves; Campagnaro,

2021; Ribeiro, 2019; Saffioti, 1987), e o Estado, que deveria exterminar isso, acaba por fomentar ainda mais essa desigualdade (Arroyo, 2019; Saffioti, 1987).

Esses grupos, que já são excluídos no sistema que estrutura a sociedade, acabam tendo menos condições ainda, pois não lhes é garantido o mínimo: vagas para estudar e condições para a sua permanência (Arroyo, 2019). Além disso, fomenta-se um estado machista, pois, geralmente, a mulher é quem precisa parar de trabalhar para cuidar dos filhos, e, assim, as mulheres, quando retornam ao trabalho, acabam tendo salários menores e tendo menos promoções durante a carreira, gerando mais desigualdades estruturais e de gênero (Albert, 2022a; Eggert; Alves; Campagnaro, 2021; Ribeiro, 2019; Saffioti, 1987). Esse é um ciclo que precisamos entender, barrar e destruir. Por isso, é importante que também lutemos por vagas nas creches.

MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Ao analisar os dados dos anos iniciais do Ensino Fundamental, o qual compreende estudantes de 6 a 10 anos de idade, percebe-se que um pouco mais de 11,9 milhões (82%) das matrículas foram de escolas públicas¹⁰, e nos anos finais do Ensino Fundamental, que compreende estudantes de 11 a 14 anos de idade, as escolas públicas alcançaram um pouco mais de 10,1 milhões (85%) de matrículas¹¹. Se integramos essas duas etapas de ensino, perceberemos que há no total mais de 22 milhões (85%) de matrículas no ensino público e mais de 4,4 matrículas (15%) no ensino privado (Brasil, 2022), sendo o nível de ensino com mais estudantes matriculados no país. Entretanto, apesar do número elevado de matrículas, também há um grande número de estudantes que abandona os estudos ou os termina em mais tempo do que o necessário (Brasil, 2022).

Esse abandono ou término mais prolongado pode estar relacionado a fatores sociais, políticos, econômicos e culturais, que acontecem dentro e/ou fora do ambiente escolar (Silva, 2010). Dentro do ambiente escolar, as posturas que discriminam e afastam os estudantes estão fortemente ligadas aos regulamentos opressivos das instituições, aos sistemas de avaliação, aos currículos que não estão adequados com a realidade dos estudantes (Vaz, 1994), à má qualidade de ensino e a metodologias inadequadas, como também à falta de material didático (Silva, 2010; Vaz, 1994; Verhine; Melo, 2008). Fora do ambiente escolar, as posturas que discriminam e afastam os estudantes estão fortemente ligadas à necessidade de o estudante trabalhar para assegurar a sua sustentação ou a sustentação da sua família,

10 Dentre as matrículas públicas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, um pouco mais de 10,1 milhões de matrículas foram de escolas municipais, e um pouco mais de 1,8 milhões das matrículas foram de escolas estaduais. Já as matrículas no ensino privado alcançaram um pouco mais de 2,6 milhões (18%) de matrículas nesse nível de ensino.

11 Dentre as matrículas públicas nos anos finais do Ensino Fundamental, um pouco mais de 5,3 milhões foi em escolas municipais, e um pouco mais de 4,8 milhões foi em escolas estaduais. Já as matrículas no ensino privado alcançaram o número de um pouco mais de 1,8 milhões (15%) nos anos finais.

a relação com os seus familiares (Silva, 2010; Vaz, 1994; Verhine; Melo, 2008), a distância das escolas e a escassez do transporte público.

MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO

No Ensino Médio, que, compreende jovens de 15 a 17 anos de idade, podemos observar que mais de 6,7 milhões¹² (88%) de matrículas foram em escolas de ensino público, e somente um pouco mais de 935 mil (12%) matrículas ocorreram em escolas privadas. Contudo, como esse nível de ensino somente passou a ser obrigatório desde 2013¹³, houve um grande crescimento de matrículas nos últimos anos. Um exemplo disso, é que foram registradas 7,7 milhões de matrículas no Ensino Médio em 2021, aumentando 2,9% no último ano (Brasil, 2022).

Esse crescimento estabelece uma tendência de aumento nas matrículas observada nos últimos dois anos (aumento de 4,1% de 2019 a 2021), o que não quer dizer que não seja observada a evasão escolar ou o tempo prolongado para a sua conclusão, pois considerando o agravamento e empobrecimento da população brasileira nos últimos anos, em especial desde o período da pandemia, ampliou-se o número de jovens que necessitam contribuir com o sustento de suas famílias, o que também é um fator que contribui para a evasão ou maior quantidade de anos necessários para conclusão dos estudos (Unicef, 2022).

Nesse sentido, é preciso tornar a escola mais atrativa, inclusiva e de todos. Uma alternativa é a promoção da acessibilidade através de bolsas de estudos/auxílio que façam com que o estudante não precise trabalhar e, assim, se dedique aos estudos. Também devemos apostar no trabalho coletivo, de forma participativa e dialógica (Albert, 2021, 2022b; Freire, 1979; Paro, 2016), entendendo que a escola se faz com a sociedade e a sociedade se faz com a escola (Freire, 1979). A partir disso, em busca de um exercício educativo que tencione uma educação libertadora, a escola será compreendida em sua totalidade, tendo a finalidade de manifestar aos sujeitos que eles fazem parte do processo e que o mundo deve ser visto de forma ampla e questionadora (Albert, 2021).

Nesse direcionamento, a escola deve situar-se como uma floresta, abastada na diversidade e na pluralidade, e se distanciar do conceito de nicho ecológico (Alves, 1980), que exclui e somente dá voz aos grupos mais favorecidos. Com isso, a escola proporcionará uma narrativa escrita, contada e vivida por múltiplas vozes (Bakhtin, 2003), dando espaço ao processo educacional democrático, marcado pelo desenvolvimento dos conhecimentos, das experiências, das trocas, da participação, do diálogo e da consciência na construção da sociedade que tende à qualidade de vida e a condições para o exercício da cidadania (Araújo, 2004).

12 Dessas matrículas, mais de 6,5 milhões em escolas estaduais e mais de 229 mil em escolas federais (Brasil, 2022).

13 A partir da Lei nº 12.796/2013, o Ensino Médio tornou-se obrigatório no Brasil (Brasil, 2013).

A INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Além da falta de vagas, devemos prestar atenção às condições de funcionamento das escolas brasileiras. Segundo o Censo Escolar de 2021 (Brasil, 2022), na educação infantil mais de 80% das escolas municipais e escolas privadas conveniadas e 50% das escolas privadas não conveniadas não possuem quadras de esportes. Além disso, mais de 64% dessas escolas também não possuem área verde para as crianças. Outro dado que chama bastante atenção é que, as escolas municipais, quando comparadas às escolas privadas, sofrem um impacto de pelo menos 20% a menos de itens imprescindíveis. Mais de 70% dessas escolas municipais não possuem materiais para a realização de atividades pedagógicas, e cerca de 53,3% não têm banheiros adequados para a faixa etária. Quando se fala em banheiros para pessoas com deficiência, o número aumenta para 62,4% (Brasil, 2022). A Tabela 2 traz os dados relacionados a esse levantamento.

Tabela 2 – Percentagem de escolas de Educação Infantil que não possuem alguns itens imprescindíveis na sua infraestrutura

Escolas de Educação Infantil	Municipal	Privada conveniada	Privada não conveniada
Quadra de esportes	80,7%	83,2%	50%
Parque infantil	65,3%	24%	16,3%
Área verde	68,5%	65,8%	64,7%
Pátio	31,4%	20,9%	10,1%
Brinquedos para Educação Infantil	38,9%	22,6%	4,5%
Jogos educativos	26,9%	21,7%	6,3%
Materiais para atividades culturais artísticas	70,9%	48,5%	34,5%
Banheiro adequado para a faixa etária	53,3%	25,3%	12,3%
Banheiro para pessoa com deficiência	62,4%	62%	44,2%

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados do Censo Escolar (Brasil, 2022).

Como podemos observar na Tabela 2, ainda falta infraestrutura adequada nas escolas municipais e privadas para o desenvolvimento e o aprendizado das crianças. Segundo Albert (2013), Barbosa e Horn (2001) e Ferreira (2013), a influência da infraestrutura escolar adequada na vida de uma criança é muito grande, visto que influencia no seu desenvolvimento cognitivo, social, emocional e motor. Do mesmo modo, é por meio da interação com os espaços que a criança transita, se socializa com o mundo e vai construindo sua maneira de pensar, de agir, de sentir, e, assim, vai ampliando a sua visão de mundo (Albert, 2013; Freire, 1996; Goldschmied; Jackson, 2006).

Albert (2013) corrobora essa ideia quando diz que a infraestrutura escolar tem grande influência na qualidade das experiências que as crianças viverão e, também, na sua busca de autoconhecimento. Assim, a infraestrutura deve transmitir segurança e aconchego para as crianças, sendo um ambiente que permita a combinação entre

o conforto e uma atmosfera caseira, para que as crianças se sintam à vontade e, dessa maneira, possam desenvolver-se plenamente (Albert, 2013).

A quadra de esportes, o parque infantil, a área verde e o pátio são espaços onde as crianças experimentam com maior vivacidade a construção da sua autonomia, pois são espaços de disputa, de resistência, de criação, de conformação, de cultura, de poder e, principalmente, espaços da brincadeira. É justamente por isso que facilitam o desenvolvimento das diversas brincadeiras e interações sociais (Ferreira, 2013).

Da mesma maneira, os jogos educativos e os materiais para atividades culturais artísticas são elementos que possibilitam a criança dividir/compartilhar, criar, imaginar (Albert, 2013; Barbosa; Horn; 2001). Sendo a infraestrutura tão importante na Educação Infantil, precisamos nos questionar como uma criança irá se desenvolver plenamente nessas condições de falta e reivindicar por melhores recursos, de modo que a criança tenha espaços para brincar, criar, crescer e se desenvolver plenamente.

No Ensino Fundamental e no Ensino Médio, devemos prestar atenção à falta de acesso de alguns recursos. Como mostra a Tabela 3, a seguir, no Ensino Médio, a maioria das escolas do país possui internet, porém 60,2% das escolas municipais não têm acesso ao seu uso destinado ao ensino e à aprendizagem. Nas instituições privadas e federais, esse número cai para menos de 30%, e, nas instituições estaduais, um pouco mais de 10%. Ainda, mais de 35% das escolas brasileiras não possuem computadores portáteis para os alunos, chegando a mais de 74%, quando falamos de instituições municipais. Ademais, há outros recursos com defasagem nas escolas brasileiras, como lousa digital e *tablet* (Brasil, 2022).

Tabela 3 – Percentagem de escolas de Ensino Fundamental que não possuem alguns recursos

Escolas de Ensino Fundamental	Municipal	Estadual	Federal	Privada
Computador de mesa para alunos	60,8	23,1	4,3	33,1
Computador portátil para alunos	74,2	62,3	36,2	49,6
Internet	30,2	8	0	1,6
Internet para ensino e aprendizagem	60,2	10,6	25,9	29,4
Lousa Digital	89,2	70,2	44,7	84,5
Projektor multimídia	44,6	20,9	4,3	26,7
<i>Tablet</i> para alunos	93,4	87,4	66	73,3

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados do Censo Escolar (Brasil, 2022).

A mesma situação acontece no Ensino Médio, conforme apresenta a Tabela 4, pois podemos observar muitas instituições com um déficit enorme de recursos tecnológicos, o que revela desigualdades de infraestrutura.

Tabela 4 – Percentagem de escolas de Ensino Médio que não possuem alguns recursos

Escolas de Ensino Médio	Municipal	Estadual	Federal	Privada
Computador de mesa para alunos	23,9	21,2	0,5	20,4
Computador portátil para alunos	57,4	57,4	49,2	42,9
Internet	6,4	5	0,2	0,5
Internet para ensino e aprendizagem	34	25,4	8,2	16
Lousa Digital	75,5	68,7	44,4	70,6
Projektor multimídia	17,6	18,5	1,2	13,1
Tablet para alunos	92	86,8	65,2	67,1

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados do Censo Escolar (Brasil, 2022).

Esses dados manifestam a importância de políticas públicas que visem a amortizar as discrepâncias e promover condições escolares mínimas para que a aprendizagem ocorra em um ambiente escolar mais favorável (Soares Neto, 2013), visto que não ter o “aparelhamento escolar” provoca impacto no desempenho dos estudantes (Machado; Barbeta, 2015). Todavia, devemos estar atentos para o fato de que, além do aparelhamento escolar, o desempenho dos estudantes está fortemente ligado ao nível de seu professorado; assim sendo, é necessário investimento na formação inicial e continuada dos professores, melhores salários (Albert, 2022a; Hirata; Oliveira; Mereb, 2019) e garantia de condições adequadas de trabalho. Faz-se necessário, dessa maneira, que a escola tenha uma infraestrutura de qualidade, dispondo de quadras esportivas, biblioteca, laboratórios e material didático (Albert, 2022b).

Com base nas Tabelas 3 e 4, podemos perceber muita diferença entre a esfera municipal, estadual, federal e privada de escolas. No Ensino Fundamental, conforme mostra a Tabela 3, a esfera municipal mostrou-se a mais defasada em todos os aspectos quanto aos recursos escolares disponíveis. Já as instituições federais foram as mais bem colocadas no *ranking*, e, em sequência, estão as escolas privadas. O mesmo aconteceu no Ensino Médio, conforme apresenta a Tabela 4, na qual podemos verificar que a maior taxa de falta de recursos ocorreu em escolas municipais e estaduais (Brasil, 2022).

Esse movimento pode estar relacionado à baixa arrecadação de receitas próprias dos municípios brasileiros que se confrontam com dificuldades de assegurar condições mínimas para os habitantes, como é o caso da educação. Com a falta de receita, muitos municípios necessitam utilizar o Fundo de Participação dos Municípios e acabam não atingindo alguns níveis de infraestrutura desejáveis nas escolas (Carreira; Pinto, 2007). Outro fator que pode estar atrelado à falta de infraestrutura nas escolas é que ela é beneficiada por baixos níveis de governança e colabora negativamente para a potência dos gastos públicos (Rajkumar; Swaroop, 2008). Podemos perceber, com isso, que, conforme o tipo de governo, a escola pública recebe menos ou mais atenção, fazendo com que o país caminhe menos ou mais em direção a melhoras, a investimentos, à democracia.

CONCLUSÃO

A partir deste estudo, foi possível observar situações problemáticas que estão enraizadas na sociedade brasileira e que prejudicam a educação e o direito a ela. Os dados revelaram diversas desigualdades que marcam a educação brasileira, tornando-a mais distante para a população negra, comunidades com baixa renda e para mulheres. Isso significa que, além de ampliar as vagas na escola pública, que atinge mais de 84% da população, também será necessário garantir a permanência dos estudantes na escola. Em outros termos, a infraestrutura da escola deve ser adequada, dispondo de prédios com banheiros, quadras esportivas, laboratórios, equipamentos tecnológicos, biblioteca e materiais pedagógicos. Além disso, as políticas públicas deverão ser ampliadas, tendo mais bolsas de estudos para os estudantes bem como transporte público.

Na Educação Infantil, a pesquisa deflagrou grande disparidade entre a pré-escola e a creche. Enquanto, na pré-escola, o número de vagas praticamente aumentou em relação à creche, na creche, a falta de vagas ainda é grande, o que significa uma ameaça aos grupos mais desfavorecidos que não têm onde deixar seus filhos para trabalhar, sendo as mulheres pobres as mais afetadas e, assim, vítimas da sua própria condição. Além da falta de vagas, as condições de funcionamento desses estabelecimentos não são boas, pois mais de 50% das escolas públicas não possuem quadras de esportes, área verde, materiais para atividades pedagógicas e banheiros adequados para a faixa etária, o que afeta o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e motor das crianças.

No Ensino Fundamental e no Ensino Médio, há um grande número de estudantes que abandona os estudos ou os termina em mais tempo do que o necessário. Esse fator pode estar relacionado a regulamentos opressivos das instituições, sistemas de avaliação, currículos inadequados, má qualidade de ensino, necessidade de o estudante trabalhar, distância das escolas e escassez do transporte público. Nesse sentido, é preciso tornar a escola mais atrativa, inclusiva e de todos. Uma alternativa é apostar no trabalho coletivo e também promover mais acessibilidade, investindo em bolsas de estudos e transporte.

Além da evasão escolar, também devemos prestar atenção à falta de acesso de alguns recursos no Ensino Fundamental e do Ensino Médio, pois a maioria das escolas do país não têm acesso a internet destinada ao ensino e à aprendizagem. Por fim, é urgente o investimento no professorado, com formações, melhores salários e garantia de condições adequadas de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALBERT, Evelin. **Letramento no contexto da Educação Infantil**: uma análise com crianças de 0 a 2 anos. 2013. Disponível em: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/IIICILLIJ/Trabalhos/Trabalhos/S4/evelinalbert.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2023.

ALBERT, Évelin. Escola democrática: um olhar atento para o diálogo e para a escuta. **Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 8, n. 62, p. 345-354, 2021.

ALBERT, Évelin. **Profissão professora**: narrativas de vida e de (trans)formação. 2022. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022a.

ALBERT, Évelin. Desenvolvimento motor e cognitivo nos anos iniciais: um estudo transversal. **Arquivos Brasileiros de Educação Física**, Tocantinópolis, v. 5, n. 2, p. 12-26, ago./dez. 2022b. DOI: <https://doi.org/10.20873/abef.2595-0096v5n21226>

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Estado, direito e análise materialista do Racismo**. In: KASHIURA JUNIOR, Celso Naoto; AKAMINE JUNIOR, Oswaldo; DE MELO, Tarso (orgs). Para a crítica do Direito: Reflexões sobre teorias e práticas jurídicas. São Paulo: Outras Expressões; Dobra universitário, 2015. P.747-767.

ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 1. ed. Guarulhos: Cortez, 1980.

ARAÚJO, Ulisses F. **Assembleia escolar**: um caminho para a resolução de conflitos. São Paulo: Moderna, 2004.

ARROYO, Miguel G. **Vidas ameaçadas**: exigências-respostas éticas da educação e da docência. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. Organização do espaço e do tempo na educação infantil. In: CRAIDY, Carmem; KAERCHER Gládis (org.). **Educação infantil**: pra que te quero?. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 67-80.

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição Política do Imperio do Brazil** (de 25 de março de 1824). Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 23 ago. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao **caput** do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 216, p. 8, 12 nov. 2009.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 65, p. 1-2, 5 abr. 2013.

BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 120-A, edição extra, p. 1-7, 26 jun. 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico**: Censo Escolar da Educação Básica 2021. Brasília: Inep,

2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2021.pdf. Acesso em: 23 ago. 2023.

CAMPOS, Luiz Augusto. Desigualdade racial nas escolas privadas de alto desempenho. **Boletim Gema**. n.09, 2021. Disponível em: http://gema.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2021/04/raca_escolas_privadas.pdf Acesso em: 01 dez. 2023.

CARREIRA, Denise; PINTO, José Marcelino de Rezende. **Custo aluno-qualidade inicial**: rumo à educação pública de qualidade no Brasil. São Paulo: Global, 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742008000200002>

EGGERT, Edla; ALVES, Márcia; CAMPAGNARO, Sara. **O amor tudo crê, tudo suporta?** Conversas (in)docentes. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2021.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FERREIRA, Zenilda. Tempos e espaços para brincar: o parque como palco e cenário das culturas lúdicas. In: ROCHA, Eloisa; KRAMER, Sonia (org.). **Educação infantil**: enfoques em diálogo. 3. ed. Campinas: Papirus, 2013. p. 157-176.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GESQUI, Luiz Carlos; FERNANDES, Andréia Gasparino. Desafios na oferta de vagas em creches da rede pública municipal de ensino. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 15, n. 5, p. 1-22, jan. 2021. DOI: <http://10.0.21.4/jpe.v15i0.77666>

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDSCHMIED, Elinor; JACKSON, Sonia. **Educação de 0 a 3 anos**: o atendimento em creche. Tradução: Marlon Xavier. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

HIRATA, Guilherme; OLIVEIRA, João Batista Araujo e; MEREZ, Talita de Moraes. Professores: quem são, onde trabalham, quanto ganham. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 102, p. 179-203, jan./mar. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002701888>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conheça o Brasil – População: Educação. **IBGE Educa**, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em: 19 ago. 2023.

MACHADO, Denys Cristiano de Oliveira; BARBETTA, Pedro Alberto. A. Escala para medir o nível de aparelhamento das escolas. *In*: REUNIÃO DA ABAVE, 8., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Brasília: Associação Brasileira de Avaliação Educacional, 2015. p. 43-56.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **A Desigualdade racial no Brasil nas três últimas décadas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10623>. Acesso em: 01 dez. 2023.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2016.

PAVINI, Cristiano. Conheça o abismo racial entre escolas públicas e privadas de Ribeirão Preto. **Farolete**. Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: <https://farolete.info/conheca-o-abismo-racial-entre-escolas-publicas-e-privadas-de-ribeirao-preto/>. Acesso em: 01 dez. 2023.

RAJKUMAR, Andrew Sunil; SWAROOP, Vinaya. Public spending and outcomes: Does governance matter?. **Journal of Development Economics**, Amsterdam, v. 86, n. 1, p. 96-111, abr. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2007.08.003>

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SILVA, Francisco Canindé da. Evasão Escolar na EJA nas escolas da rede municipal de Assu/RN: contextos de uma realidade pedagógica e curricular. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DA CÁTEDRA UNESCO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, 1., 2010, Joao Pessoa. **Anais [...]**. Joao Pessoa: UNESCO, 2010. p. 22-34.

SOARES NETO, Joaquim José; JESUS, Girlene Ribeiro de; KARINO, Camila Akemi; ANDRADE, Dalton Francisco de. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, 2013. DOI: <https://doi.org/10.18222/ea245420131903>

UNICEF. Dois milhões de crianças e adolescentes de 11 a 19 anos não estão frequentando a escola no Brasil, alerta UNICEF. **Unicef- Brasil**. São Paulo, 2022. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-de-11-a-19-anos-nao-estao-frequentando-a-escola-no-brasil>. Acesso em: 01 dez. 2023.

VAZ, José Carlos. A violência na escola: como enfrentá-la. **Dicas**, Instituto Pólis, São Paulo, n. 10, 1994. Disponível em: <https://polis.org.br/publicacoes/a-violencia-na-escola-como-enfrenta-la/#:~:text=Afirmando%20que%20a%20viol%C3%AAncia%20nas,no%20per%C3%ADodo%20de%201989%2D1992>. Acesso em: 23 ago. 2023.

VERHINE, Robert E.; MELO, Ana Maria Pita de. Causes of school failure: the case of the state of Bahia in Brazil. **Prospects**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 557-568, 1988. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000082509>. Acesso em: 23 ago. 2023.